



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



GT 2: Cidadania e Cultura

AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DA INAPROPRIAÇÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA

Rafaela Karoline Batista (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: rafhakaroline@gmail.com

Camila Sopko (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: camilasopko@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender a influência da formação histórica do Estado Brasileiro no processo de identificação de seus sujeitos. Para isso serão analisados dados que demonstrem a permanência da segregação de raças oprimidas em épocas anteriores e ainda a própria rejeição da constituição do indivíduo em si mesmo como fruto da miscigenação, buscando sempre firmar raízes padrões “puros” de descendência, claramente estereotipados na figura dos colonizadores. Sendo assim este trabalho também irá através dessas informações compreender quais têm sido as causas desses fenômenos e a até onde se estende a responsabilidade da sociedade atual pela permanência dessa construção da rejeição do próprio eu miscigenado, que permanece constante não só nas esferas públicas e econômicas, mas também nas relações pessoais formando a opinião popular

Palavras chaves: Brasileiro; Sociedade; Cidadania; Identidade Nacional.

1- INTRODUÇÃO

Segundo Max Webber (2004) uma das formas de definição da comunidade político seria “a dominação ordenada de seus participantes, um ‘território’ [...] e a ação das pessoas que, de modo permanente ou temporário, nele se encontram, mediante a disposição do emprego da força física, normalmente também armada.”, ou seja é preciso que haja uma incorporação da legitimação desse poder em âmbitos que vão além da economia. E essa relação pode ser legitimada através de três maneiras: racional-legal, tradicional e carismática; dentro desse trabalho utilizaremos como referencial a legitimação tradicional demonstrando o quanto a formação histórico-cultural influencia as relações de poder e segregação dificultam o

desenvolvimento da apropriação do indivíduo brasileiro da sua identidade nacional e cidadã.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



Em sua essência, não se baseia no dever de servir a determinada 'finalidade' objetiva e impessoal e na obediência a normas abstratas, senão precisamente ao contrário em relações de piedade rigorosamente pessoais. [...] Fundamentam-se na 'tradição'; na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre. [...] Dentro dessa estrutura, tudo costuma estar estabelecido, em última instância, pelo poder fundamental da tradição da crença na inviolabilidade do 'eterno amém. (WEBER, 2004, p.235)

A história do Brasil começa em 1500 com a chegada dos portugueses. Os europeus que vieram colonizar a terra e salvar a excentricidade peculiar do Brasil da barbarização. Mas e o povo que havia aqui? Poucas vezes há a preocupação em pensar além dos estereótipos tradicionais de irracionalização dos nativos para levar em consideração que muito antes da história contada já havia uma história do Brasil.

Mas se já havia um povo aqui ao qual não nos identificamos culturalmente cabe a pergunta, "Quem é o povo brasileiro?". Por mais obvio que possa parecer ao levar-se em conta esse breve retorno início da história brasileira, ou ainda ao olhar a si mesmo e se perceber como habitante dessa porção de terra denominada Brasil, ou ainda indo mais distante em um tema que trataremos a frente descrevendo o brasileiro como o belo fruto miscigenado da cultura popular. Sua definição é muito mais ampla, está relacionada ao conceito comum de identificação dentro da cultura nacional, o que ao primeiro olhar captando os estereótipos desenvolvidos midiaticamente pode parecer simples, mas visto do interior não divulgado pelas grandes mídias é absolutamente complexo.

Segundo Tiburi (2015), é possível ainda falar em um Brasil para os outros que constitui o mito nacional de identificação onde há uma construção social ilusória exposta ao resto do mundo. O Brasil colorido, do samba e da sexualização promovido como realidade cotidiana aceita em sua pluralidade pela sociedade feliz e cordial, alienada dos problemas transversais aliados a falta de estruturas e tolerância presentes no desenvolvimento dessas expressões como tráfico e a violência. Segundo Faoro (2012) ainda podemos falar sobre os grupos fechados pertencentes a status privilegiados, que tem como uma das suas atribuições mantê-lo seletivo e os outros de fora; o Brasil dos brasileiros é bonito na propaganda, mas admitir política e socialmente o direito à cidadania do negro, do índio, do favelado a margem da sociedade brasileira seria o mesmo que admitir que todos são iguais e passíveis dos mesmos privilégios que os "donos do poder" não estão dispostos a dividir.

Divulga-se a cultura brasileira como um belo conjunto colorido que serve de propaganda e entretenimento em grandes eventos, como pode-se observar na

abertura das Olimpíadas de 2016 por exemplo. Mas que não são vivenciadas no dia a dia com o mesmo apreço.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



“Entender por que ele foi construído dessa maneira e não de outra qualquer significa se apropriar da própria memória, lembrar o ‘esquecido’, e compreender, em última instância, ‘quem somos’, por que nos tornamos ‘quem nós somos’ e de que modo isso determina, sem que saibamos, toda a nossa vida social e política atual e futura.” (SOUZA, 2009, p.32)

Partir-se-á então de alguns dados que situarão a situação de algumas das raças que compõem o povo brasileiro para tornar possível a compreensão do contexto que o traz até aqui.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 – O Povo Indígena

Segundo o documentário Brasil: Uma história inconveniente (2000), com a chegada dos portugueses em solo brasileiro os nativos ficaram encantados, dormiam sobre o casco dos navios, realizavam escambos, os trataram como quem realmente recebe um visitante em sua casa e deseja acolhê-lo. Não sabiam do mal que os aguardava.

Em pouco tempo todos aqueles índios já não eram mais nativos com quem se estabelecia relações, mas lucro. Serviçais que conheciam a terra e em número suficiente para servir arduamente a coroa “[...] O índio ficou logo no segundo plano. Achatado na sua inferioridade cultural. Inútil e incapaz, dentro do sistema de colonização que ia criar a economia brasileira.” Segundo, Freyre (2003).

O ingênuo e isolado povo que habitava a terra ainda não conhecia os modos civilizados, que compreendiam: cobrir o corpo, professar a fé católica e dominar o mundo para estabelecimento do império europeu soberanamente de modo que caridosamente pudessem “dividir” a sua cultura e assim livrar o resto do mundo das suas máculas inferiores.

“Na falta de sentimento ou da consciência da superioridade da raça, tão salientes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé. Em vez de ser o sangue foi a fé que se defendeu a todo transe da infecção ou contaminação com os hereges”. (FREYRE, 2003, p.272)

Os índios resistiram, a exploração e acumulação de lucros não faz parte da sua cultura e ao seu modo eles tentaram defendê-la. Mas ao invés da exaltação de sua coragem o resultado foi exatamente contrário estando presente em discursos emitidos até hoje no estereótipo de um povo fraco, preguiçoso que não aguentou o

peso do trabalho árduo que o desenvolvimento exigia e exige.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



“Falam que a gente não quer trabalhar, mas não é verdade. Nós trabalhamos e já fomos até escravizados. Mas o índio não pensa em trabalhar para enriquecer, ele trabalha para sua subsistência”. (KAXIXÓ, Altair Teodoro da Silva apud Câmara, 2017).

Não é possível falar em povo indígena a um nível intelectual padrão considerando clássicos sem levar em consideração esses relatos atuais correndo o risco de recair ao conceito de legitimação tradicional Weberiana é preciso o contato com o real para apropriar-se do assunto sem incorrer em uma indevida apropriação cultural. O povo indígena tem voz e deve-se deixá-los falar também no meio acadêmico.

Após cinco séculos de “descobrimento” os nativos remanescentes ainda necessitam do auxílio de recursos judiciais e internacionais para reconquistar direitos mínimos de sobrevivência em sua própria terra, pois a formação sociocultural brasileira baseada no padrão europeu fez com que a cultura dos nativos fosse considerada uma verdadeira aberração, cercada de preconceitos e desvalorização.

2.2 – Os Africanos

Em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira e os primeiros cronistas contemplaram maravilhados. Em seu lugar haviam se instalado três tipos novos de povoações. O primeiro e principal, formado pelas concentrações de escravos africanos dos engenhos e portos. (RIBEIRO, 1995, p.53)

Com as dificuldades encontradas no plano de escravizar indígenas a nova solução para exploração de uma terra tão grande, com um clima tropical e ainda mantendo o máximo de lucratividade foi importação da mão de obra africana. Milhares, iludidos aceitaram a grande oportunidade de povoar a nova terra, sem saber que em tal aventura estavam inclusas: situação precária, condições mínimas de sobrevivência, perda de posse do próprio corpo e castigos severos aos “rebeldes”. Segundo Ribeiro (1995), desaposados de suas terras, escravizados em seus corpos, convertidos em bens somente para os usos que o senhor lhes desse eles também eram despojados de sua alma.

A maior parte da dita cultura brasileira é formada por elementos da cultura africana, contendo até mesmo elementos que são mantidos com mais tradicionalidade aqui do que lá devido ao grande número de mão de obra escrava que foi importado.

E ainda sim o preconceito racial é visível na sociedade vigente e expressivo na divisão de classes, resultantes do regime racista que insiste em resistir ao ressarcimento do mínimo dos contrastes causados pela escravidão. Segundo os



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



dados do IBGE divulgados pela revista Exame em 2015 negros e pardos constituíam 54% da população brasileira, contudo, também, dos 10% da população total mais pobre 75% são negros ou pardos e 53,2% entre 18 e 24 anos não cursavam ensino superior.

2.3 – Da Luta

Em muitas culturas a luta em defesa da liberdade e de um povo é vista como sinal de honra; é um dos aspectos facilmente observado no fortalecimento do nacionalismo norte americano principalmente durante a guerra onde jovens se alistavam voluntariamente para defender o país ou no quatro de julho quando se exalta a luta estadunidense pela liberdade.

No Brasil, contudo, os princípios de como se estabelece a honra não tem a mesma raiz. Em solos verde-amarelo a honra está aliada a obediência servil, mais explicitamente a submissão. Como já citado a resistência indígena desde a colonização até a luta em preservação da cultura nos dias atuais é visto como sinal fraqueza, preguiça de colaborar com a produção de capital. Deixando claramente expressa a definição do “homem cordial” conceituada por Sergio Buarque de Holanda (1995) é melhor segundo o imaginário desse indivíduo aquele que não se envolve, não se apropria da história de luta muito menos da sua necessidade, mas conforma-se. Complexo também é o vislumbre da resistência africana, tão marginalizados quanto os escravos fujões são os negros da favela que aceitam sua condição de empregados nas grandes metrópoles. Filho de rico estuda. Nasceu pobre, negro e favelado tem mais é que trabalhar cedo para não virar bandido. Esse esteriótipo foi reproduzido ao longo dos séculos o regime escravista acabou, mas seus traços são reais em cada jovem negro que recebe um olhar de canto ao entrar em um estabelecimento comercial de classe média por fazer parte da “minorias” dos 54% de negros e pardos que compõem a população nacional.

2.4-Se a culpa é do Brasil, quem é ele?

Em tempos de liberalismo e meritocracia é comum atribuir as desventuras ao fracasso pessoal e a falta de esforço, contudo o que vem sendo construído através destes argumentos é a tentativa de elucidar para o fato de que há uma classe brasileira pré julgada exposta como zoológico quando conveniente e esquecida com a mesma facilidade quando em clamor pela dignidade de ser brasileiro.

Como trata Jessé Souza (2009), os conflitos presentes na sociedade brasileira vão muito além da questão dos números do PIB ou da economia sobre os quais há a tendência de embasamento para compreensão da identidade nacional. A

realidade que torna segregada milhares de brasileiros vai muito além da relação entre Estado e Mercado ---não que isto seja insignificante na sociedade — porém, quando se fala nestes conceitos como responsáveis acaba-se por elevar as questões sociais



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



a um plano ideal onde o sujeito brasileiro torna-se apenas agentes passivos submetidos a essa condição.

É essa invisibilidade da sociedade e de seus conflitos — que é o principal produto do tipo de ciência social conservadora que se tornou dominante entre nós nas universidades, na grande imprensa e no debate público — que permite um tipo de economicismo, que, de tão hegemônico, transformou-se na única linguagem social compreensível por todos. É esse contexto desolador que explica que, mesmo nos setores não identificados com a manutenção indefinida dos privilégios de mercado de alguns poucos, nossos graves problemas sociais e políticos sejam todos superficialmente percebidos e amesquinçados a questões de ‘gestão de recursos’. Com isso, cria-se a falsa impressão de que conhecemos os nossos problemas sociais e que o que falta é apenas uma ‘gerência’ eficiente. [...] Enquanto a sociedade brasileira não se conscientizar desse desafio, seremos sempre “modernos para inglês ver”, uma modernidade capenga, injusta, mesquinamente econômica e economicista. (SOUZA, 2009, p.17)

As diferenças vão além da administração de recursos a privação cultural e social que se propaga ao longo das épocas abriu caminho para um abismo entre classes. Os Senhores do Engenho continuam presentes, sob outros nomes, mas com a mesma relação de dominação ideológica e corpórea. Há os que pensam, os que mandam, e o grande exército de reserva que compõe o restante da população brasileira. O eu e os outros e o outro sempre denota perigo, portanto deve ser contido antes que possa ousar conturbar a paz dos de bem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção histórica vigorou o mito imperial, o estereótipo e estilo de vida das grandes potências dominantes, culminando em um preconceito velado de si mesmo. Propaga -se o mito nacional para os outros, enquanto nas relações interiores o que se vê é a reprodução dos valores imperiais como se ao dominar sobre o mais fraco “entre nós” tornasse mais próximo da fortaleza do que “é” por si só; o império, o colonizador. As diversas etnias que compõem a brasilidade são nas realidades discriminadas, subjugadas e por vezes até mesmos mitificados em seus estereótipos. Mais do que um problema de capital, tem-se um problema social transmitido individualmente e não apenas nas esferas governamentais tão vilanizadas, atenta-se que o foco jamais foi retirar a responsabilidade política, mas atentar para o detalhe de que as medidas administrativas são uma expressão dos preconceitos históricos reproduzidos pela sociedade pessoalmente.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Uma história inconveniente**. Direção: Phil Grabsky. Produção: BBC/History Channel, 2000. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=t821sT4AoUY>>. Acesso em: 18 set 2017.

CÂMARA, Luciene. Estereótipo piora preconceito: Índios de Minas rechaçam pecha de preguiçosos e afirmam que trabalham, mas não para enriquecer. **O Tempo**. Belo Horizonte, 07 maio 2017. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/estereotipo-piora-preconceito-1.1470196>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

CALEIRO, João Pedro. **EXAME: O tamanho da desigualdade racial no Brasil em um gráfico**. Abril, 03 dez. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/o-tamanho-da-desigualdade-racial-no-brasil-em-um-grafico/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

FAORO, Raimundo. A Viagem Redonda: Do Patrimonialismo ao Estamento. In: _____. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. p. 633-648. Disponível em: <<http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2017/02/Os-donos-do-poder-Formacao-do-Raymundo-Faoro.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/freire_gilberto_casa_grande_senzala.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

HOLANDA, Sergio Buarque de. O homem cordial. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap. 5. p. 139-152. Disponível em: <<https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/raizes-do-brasil-sergio-buarque-de-hollanda.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro_-_a_formação_e_o_sentido_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Colaboradores: André Grillo [et. al]. Disponível em:

<<http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas

22 a 24 de novembro de 2017



TIBURI, Marcia. In: _____. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 139-142. Disponível em: <<http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2017/02/Como-conversar-com-um-fascista-Marcia-Tiburi-1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2004. 2v. Tradução de: Regis Barbosa e Karen ElsabeBarbosa. Disponível em: <[file:///C:/Backup/Users/ACER/Downloads/WEBER, Max. Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva, vol. 2.pdf](file:///C:/Backup/Users/ACER/Downloads/WEBER,%20Max.%20Economia%20e%20sociedade.%20Fundamentos%20da%20sociologia%20compreensiva,%20vol.%202.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2017.